

Câmara Municipal de Jacareí

PALÁCIO DA LIBERDADE

PROCESSO Nº 036 DE 31.03.2016

ASSUNTO: PROJETO DE LEI – INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE JACAREÍ O “DIA MUNICIPAL DO ENGENHEIRO AMBIENTAL”.

AUTOR: VEREADOR JOSÉ FRANCISCO.

DISTRIBUÍDO EM: 05.04.2016

PRAZO FATAL:

DISCUSSÃO ÚNICA

Aprovado em Discussão Única Em.....de.....de 2016 Presidente	REJEITADO Em.....de.....de 2016 Presidente
Aprovado em 1ª Discussão Em.....de.....de 2016 Presidente	ARQUIVADO Em.....de.....de 2016 Secretário-Diretor Legislativo
Aprovado em 2ª Discussão Em.....de.....de 2016 Presidente	Retirado de Tramitação Em.....de.....de 2016 Secretário-Diretor Legislativo
Adiado em.....de.....de 2016. Para.....de.....de 2016 Secretário-Diretor Legislativo	Adiado em.....de.....de 2016 Para.....de.....de 2016 Secretário-Diretor Legislativo
Encaminhado às Comissões nºs: 1	Prazo das Comissões: 28.04.2016



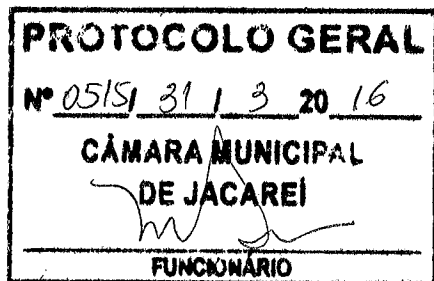
CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



PROJETO DE LEI

Institui e inclui no calendário oficial de Jacareí o "Dia Municipal do Engenheiro Ambiental".



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído e incluído no calendário oficial de Jacareí o "DIA MUNICIPAL DO ENGENHEIRO AMBIENTAL", ser comemorado no dia 1º de junho de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 23 de março de 2016.



JOSÉ FRANCISCO
Vereador – PT

AUTOR: VEREADOR JOSÉ FRANCISCO.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



Projeto de Lei – Institui e inclui no calendário oficial de Jacareí o "Dia Municipal do Engenheiro Ambiental". – Folha 2

JUSTIFICATIVA


O Engenheiro Ambiental se ocupa em desenvolver e aplicar tecnologias destinadas à proteção do meio ambiente, principalmente contra os danos decorrentes da ação humana. Ele tem, dentre suas atribuições, projetar a utilização racional dos elementos naturais, bem como realizar estudos de impacto ambiental, elaborar e executar planos, programas e projetos de gerenciamento de recursos hídricos, de tratamento de resíduos, de saneamento básico e de recuperação de áreas contaminadas ou degradadas, sem falar nas importantes e imprescindíveis pesquisas sobre fontes alternativas de energia, também uma competência desse profissional.

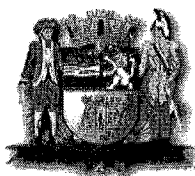
Conclusivo que se torna merecida uma homenagem a esses profissionais, cujas atividades estão voltadas para a resolução de questões que afetam não somente a nossa cidade, o país, mas a humanidade como um todo. Diante da importância de seu papel, nada mais justo que se reserve um dia para homenageá-los e, até mesmo, para que os Órgãos Públicos, Instituições Privadas, bem como a sociedade em geral, promovam eventos que visem demonstrar a importância e as responsabilidades dos mesmos para com a melhoria da qualidade de vida da população e, conseqüentemente, de nossa sociedade.

Sugerimos a data de 1º de junho em razão da comemoração da Semana de Meio Ambiente.

Esperamos que a presente proposição mereça a aprovação dos nobres pares, pelo que antecipadamente agradecemos.

Câmara Municipal de Jacareí, 23 de março de 2016.


JOSÉ FRANCISCO
Vereador - PT



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



PROCESSO: nº 036 de 31/03/2016

ASSUNTO: Projeto de Lei que
institui e inclui no calendário oficial
de Jacareí o “Dia Municipal do
Engenheiro Ambiental”.
Caracterização de interesse local.
Legalidade.

AUTORIA: Vereador José Francisco

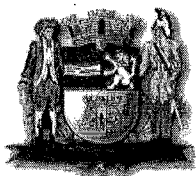
PARECER Nº 064 – JACC - CJL – 04/2016

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Nobre Vereador *José Francisco*, que dispõe acerca da instituição do dia municipal dos Engenheiro Ambiental, a ser incluído no calendário oficial da cidade.

Devidamente justificado, o feito foi encaminhado a este órgão de consultoria jurídica, para que, nos termos do artigo 46 da Lei Orgânica Municipal (LOM) e artigo 46 do Regimento Interno, seja emitido o devido parecer quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos relativos à proposição.

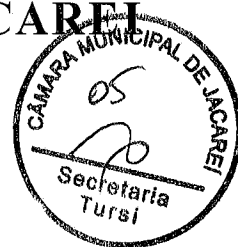
Página 1 de 3



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA

FUNDAMENTAÇÃO



Inicialmente, podemos enquadrar a matéria em questão como “assuntos de interesse local”, nos termos do inciso I, do artigo 30¹ da Constituição Federal, posto que a proposição em questão visa atender interesse local atinente ao reconhecimento de determinada categoria profissional em âmbito municipal.

De outra vertente, a iniciativa para o tema em questão é concorrente entre o legislativo e o executivo municipal, de maneira que inexistem vícios formais neste aspecto.

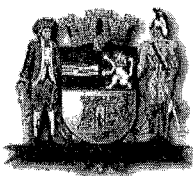
No mérito, o projeto não apresenta vício material ou mesmo formal, de modo que não se constata qualquer inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade.

Desta forma, tendo sido submetida à proposição à Consultoria Jurídica desta Casa de Leis, em atendimento ao artigo 46², da Lei Orgânica do Município, o parecer é no sentido de que o Projeto de Lei, está **APTO** a regular tramitação, e **não** apresenta óbices sob os aspectos de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade.

¹ Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

² Art. 46 – Todos os projetos que tramitarem pela Câmara serão encaminhados para parecer da Assessoria Jurídica do Legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



CONCLUSÃO

Com essas considerações, salvo melhor juízo, o referido projeto reúne condições de prosseguir, motivo pelo qual opinamos FAVORAVELMENTE ao seu regular desenvolvimento.

A propositura deverá ser submetida ao crivo da comissão de Constituição e Justiça, conforme prevê o artigo 32 do Regimento Interno da Câmara.

Recebendo o Projeto de Lei parecer favorável da referida comissão e, sendo encaminhado ao Plenário, sujeitar-se-á a apenas um turno de discussão e votação e dependerá do voto favorável da maioria simples, presente a maioria absoluta, para sua aprovação, sendo o voto, nominal, em acatamento ao disposto nos arts. 122, § 1º, § 2º, II, cc art. 124, § 2º e 3º, III, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

É o parecer *sub censura*, de caráter **opinativo** e não vinculante.

Jacareí, 1º de abril de 2016.

Jorge Alfredo Céspedes Campos
Consultor Jurídico Legislativo
OAB/SP nº 311.112

Acolho por seus próprios
fundamentos.
A Secretária.

Página 3 de 3

Wagner Tadeu Baccaro Marques